

NEOLIBERALISMO URBANO NO SÉCULO XXI: DA EXCLUSÃO E LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

URBAN NEOLIBERALISM IN THE 21ST CENTURY: EXCLUSION AND STRUGGLES FOR THE RIGHT TO THE CITY

<https://doi.org/10.4000/14ri2>

Francesco Biagi

■ Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, 1349-063 Lisboa, Portugal. Email: checcobiagi@gmail.com | ORCID: 0000-0003-3733-2706 | CIÊNCIA ID: 2A1D-A3EF-7E2E

Redy Wilson Lima

■ Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Praia, Cabo Verde. Email: redywilson@hotmail.com | ORCID: 0000-0001-8648-586X | CIÊNCIA ID: 4C14-0FD1-20DA

Para Henri Lefebvre, autor do conceito de *direito à cidade* (Lefebvre, 2001) desenvolvido desde o ano 1968, as margens urbanas são um lugar privilegiado de observação, pois é onde a narrativa da cidade se revela. O ponto de partida para o desenvolvimento do seu pensamento é a existência, nas cidades, de uma linha divisória a separar os grupos privilegiados dos grupos mais vulneráveis. A pergunta que agora colocamos é até que ponto se mantém pertinente esta perspetiva, chave de leitura dos processos de acumulação e expropriação em sociedades moldadas pelo capitalismo mais maduro, à luz das novas questões sócio-espaciais levantadas pelo neoliberalismo urbano?

Propomos este questionamento neste dossiê temático, tendo em particular atenção as margens urbanas das metrópoles contemporâneas edificadas tanto no contexto euro-norte-americano tratado por Lefebvre como nas realidades pós-coloniais do sul global. Em ambos os contextos, torna-se pertinente a análise dos traços de um “novo colonialismo interno” (Lefebvre, 1972, p. 43). No caso europeu, o modo como o desenvolvimento urbano do pós-guerra potenciou a separação das áreas hiperdesenvolvidas daquelas que são abandonadas à miséria e ao subdesenvolvimento. A reconfiguração deste sistema urbano veio a se complexificar na era pós-industrial, em que a nova elite política-empresarial-tecnológica vai criar “espaços exclusivos tão segregados e

distantes do conjunto da cidade, quanto os bairros burgueses da sociedade industrial, mas (como a classe profissional é maior) em escala muito mais alargada” (Castells, 2002, p. 523). No que toca à realidade norte-americana, por seu lado, a crise industrial desencadeou um processo de alienação política e fechamento comunal em amplos segmentos da população mais vulnerável, sobretudo aquelas historicamente vítimas de discriminação racial, que destituídas dos seus direitos básicos de cidadania, viram reforçados os sistemas históricos de exclusão social com a consolidação de guetos (Castells, 2003) e hiperguetos (Wacquant, 2001). Nos anos de 1990, a globalização da economia complexifica ainda mais estes fenómenos, recriando simultaneamente geografias de centralidade e de marginalidade (Sassen, 2007).

Fora das realidades euro-norte-americanas, mas por elas moldadas, Frantz Fanon, focado no cenário pós-colonial africano, problematiza sobre a forma como os processos da racialização provocada por práticas extrativistas coloniais operaram, em conjunto com as demarcações de classe e do espaço, na produção de cidades compartimentadas (Fanon, 2015). Um modelo de cidade que os Estados africanos independentes não foram capazes de descolonizar enquanto factor civilizatório importado da Europa, legitimando e reforçando o corte urbano (Elungu, 2014). Esta realidade foi reatualizada entre os anos de 1980 e 1990, com a implementação dos progra-

mas de reajustamento estrutural nas cidades do sul global, que associada às emergentes preocupações com as questões de insegurança, levou ao renascimento dos enclaves fortificados (Caldeira, 1996).

Santos (2007) aborda essa realidade na elaboração de uma cartografia moderna dual, que reflete um sistema de diferenciações que, originando-se na expansão e colonização europeia, permeia atualmente o centro das antigas metrópoles. Eleva e separa conhecimentos e práticas hegemônicas, que se apresentam como universais, em relação às áreas de *não ser* (Fanon, 2015), tal *compartimentação* tem negado constantemente a co-presença de formas diversas de conhecimento, representação e ação sobre o mundo. Numa linha analítica semelhante, Teixeira e Bartholl (2015) chamam a atenção para a perigo de algumas pesquisas urbanas que, ao olharem as cidades pós-coloniais do sul global a partir do paradigma eurocêntrico de dualismo urbano – que opõe a cidade formal/colonial à cidade informal/pós-colonial –, costumam desconsiderar ou negar o papel central dos indivíduos das periferias na criação do espaço e na sua própria emancipação. Essas investigações veem o periférico como um subproduto das relações hegemônicas, tratam-no como algo marginal e, conseqüentemente, economicamente menos eficiente ou improdutivo, socialmente perigoso, politicamente conservador e moralmente inadequado. Convém ter em conta que a questão urbana é acima de tudo uma forma espacial de luta contra as desigualdades, através da promoção de novas resistências e de ensaios de alternativas. Ela parte de uma dialética espaço-temporal mais ampla, com o duplo propósito de libertação global e emancipação quotidiana (Fanon, 2015).

Nesta perspectiva, surge novamente uma literatura crítica e decolonial nos estudos urbanos, associada a correntes científicas que incentivam a participação acadêmica nos processos de mudança urbana, adotando abordagens alternativas que percebem a urbanização como um modo, ao invés de um modelo: algo orgânico e dinâmico coletivamente, contrária à visão modernista/colonial/capitalista previamente estabelecida e definida. Essa literatura crítica considera as cidades simultaneamente como espaços de resistência, potencial e emancipação, alinhando-se à abordagem de descolonização do território proposta por autores como Roy (2011), Zibechi (2015) e Ela (2013), promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos públicos e ressaltando a particularidade do modo de vida da região.

Neste dossiê temático da revista *Forum Sociológico*, buscamos questionar e documentar a transformação urbana que se observa atualmente, através de uma pesquisa que é tanto conceitual quanto empírica, centrada nas margens urbanas das metrópoles contemporâneas. Focamos em como se interagem, de forma concreta, três dimen-

sões que – assim como os componentes de uma reação química – interagem no espaço urbano: a questão de classe, a questão étnico-racial, que já foram abordadas, e, de forma crucial, a questão de gênero. Como esses três aspectos complicam e problematizam as contradições do novo modelo urbano neoliberal contemporâneo? Convidamos a submissão de artigos com uma abordagem interdisciplinar, integrando diversas disciplinas com ênfase em estudos urbanos críticos.

O primeiro artigo de Erika Neder dos Santos, Gustavo Gabaldo e Suzane Carvalho Domingos analisa como o neoliberalismo urbano transforma o espaço e intensifica a luta pelo direito à cidade, especialmente para grupos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência.

O segundo artigo de Samuel Aires Master Lázaro analisa o direito à cidade em Moçambique, explorando instrumentos legais, casos recentes de reivindicação e desafios para sua adoção. Avalia seu potencial como estratégia política de transformação social e reconhecimento institucional.

O terceiro artigo de Benjamin Duke analisa factores políticos que influenciam o apoio público aos movimentos “squatter”. Conclui que esses movimentos expõem a ausência do Estado na alocação de recursos e destacam a relação entre propriedades vazias e a falta de habitação.

O quarto artigo de Francesco Biagi explora as conexões entre Lefebvre e Paulo Freire, destacando um caminho pedagógico para a proposta sociopolítica do “direito à cidade”, cruzando esse conceito com a “pedagogia do oprimido”.

O quinto artigo de Almendra Aladro cruza o debate sobre o direito à cidade com o marxismo feminista da “Teoria da Reprodução Social”, debatendo a questão do direito das mulheres à cidade, ou seja, tentando uma leitura feminista da herança intelectual de Lefebvre.

O sexto artigo de Madalena Lobo Antunes analisa propostas contemporâneas sobre a questão da gentrificação, aplicadas ao caso de estudo de Lisboa. A partir do estudo de um edifício público vendido a um fundo imobiliário, a autora examina como os habitantes reagem e defendem o seu direito à cidade.

O sétimo artigo, de Éléonore Paré e Alexandre Petitclerc, defende a tese de que a gentrificação pode ser compreendida como um ciclo de desvitalização, marcado, nomeadamente, pela homogeneização do tecido social e pela turistificação, propondo, assim, uma análise da gentrificação como forma de “colonização interna” da cidade, cruzando o pensamento de Lefebvre com o de Fanon.

O último artigo de Vera Coimbra Cerqueira, Margarida Louro Felgueiras e Sofia Castanheira Pais reflete sobre a participação social, cívica e a inclusão das pessoas idosas na cidade do Porto, questionando o problema do direito à cidade pelas

peças que estão a viver os seus últimos anos de vida, depois da reforma.

Finalmente, o dossiê temático propõe uma análise crítica das margens urbanas e do direito à cidade, explorando desigualdades de classe, raça e gênero no contexto neoliberal. Através de abordagens interdisciplinares, destaca resistências, gentrificação e exclusão, promovendo uma visão de urbanização mais inclusiva e emancipatória, alinhada ao pensamento de Lefebvre, Fanon e Freire.

Referências

- Caldeira, T. P. do R. (1996). Fortified enclaves: the new urban segregation. *Public Culture*, 8(2), 303-328.
- Castells, M. (2002 [1996]). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. II). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003 [1998]). *O fim do milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. III). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ela, J.-M. (2013 [1974]). *Restituir a história às sociedades africanas: promover as ciências sociais na África negra*. Edições Pedagogo & Edições Mulemba.
- Elungu, P. E. A. (2014 [1987]). *Tradição africana e racionalidade moderna*. Edições Pedagogo & Edições Mulemba.
- Fanon, F. (2015 [1961]). *Os condenados da terra*. Letra Livre.
- Lefebvre, H. (Ed.) (1972). Le bourgeoisie et l'espace. In *Espace et politique: le droit à la ville II*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (2001 [1968]). *O direito à cidade*. Centauro.
- Roy, A. (2011). Slundog cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), 223-238.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos – CEBRAP*, (79), 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>
- Sassen, S. (2007). The global city: one setting for new types of gang work and political culture?. In J. M. Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city: alternatives to traditional criminology* (pp. 97-119). University of Illinois Press.
- Teixeira, E. T., & Bartholl, T. (2015). Apresentação. In R. Zibechi (Ed.), *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas* (pp. I-XX). Consequência.
- Wacquant, L. (2001). Symbiose fatale: quand ghetto et prison se ressemblent et s'assemblent. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 139(1), 31-52.
- Zibechi, R. (2015). *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Consequência.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Recebido a 16/12/2024. Aceite para publicação a 31/01/2025.